



CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO Nº POISE-20-2021-06

2.16 - Estágios (Madeira)

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Objetivo Temático: 08 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

Objetivo Específico: 2.1 - Integrar os jovens NEET no mercado de trabalho

Eixo Prioritário: Eixo 2 - Iniciativa Emprego Jovem

Prioridade de Investimento: 8.ii - Integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude

Tipologia de Intervenção: 20 - Iniciativa Emprego Jovem

Fundo Social Europeu

fevereiro 2021

Conteúdo

1.	Preâmbulo	3
2.	Beneficiário.....	3
3.	Diplomas normativos enquadradores do instrumento de política pública	3
4.	Ações elegíveis	4
5.	Destinatários elegíveis.....	4
6.	Calendário	4
7.	Dotação indicativa e financiamento público a conceder.....	5
8.	Procedimento para apresentação das candidaturas.....	5
9.	Duração das candidaturas	5
10.	Critérios de elegibilidade do beneficiário.....	6
11.	Número de candidaturas a apresentar por beneficiário	6
12.	Área geográfica.....	6
13.	Documentos a apresentar com a candidatura	6
14.	Indicadores a contratualizar	7
15.	Forma, montantes e limites dos apoios	7
16.	Regras de elegibilidade das despesas.....	8
17.	Processo de análise e decisão das candidaturas	8
18.	Condições de alteração	9
19.	Regime de financiamento e prazos de decisão	9
20.	Eficiência e resultados	11
21.	Direitos e obrigações do beneficiário.....	11
22.	Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações.....	13
23.	Divulgação dos resultados.....	13
24.	Disposições legais e regulamentares aplicáveis	13
25.	Contactos a nível nacional.....	13
26.	Anexos	14
1.	Deliberação n.º 15/2019, de 16 de julho, da CIC Portugal 2020.....	14
2.	Prazos para análise e decisão de candidaturas.....	15
3.	Simulador de Correção Financeira	15

1. Preâmbulo

Nos termos previstos no artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, publicado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, alterado pelas Portarias n.ºs 181-C/2015, de 19 de junho, 265/2016, de 13 de outubro, 41/2018, de 1 de fevereiro, 235/2018, de 23 de agosto, 66/2019, de 20 de fevereiro, que o republica, 140/2020, de 15 de junho, 163/2020, de 1 de julho, e 279/2020, de 7 de dezembro, doravante designado por Regulamento Específico, as candidaturas são apresentadas por concurso ou por convite, sendo os respetivos avisos publicitados no Portal do Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) e na página da Internet da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), doravante designada por Autoridade de Gestão.

O presente aviso configura um **convite** para apresentação de candidaturas, tendo sido elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 215/2015, de 6 de outubro, 88/2018, de 6 de novembro, 127/2019, de 29 de agosto, e 10-L/2020, de 26 de março, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), para o período de programação 2014-2020.

Considerando que este convite se dirige a um beneficiário responsável pela execução de políticas públicas, está dispensado, por força da Deliberação n.º 82/2015, de 11 de novembro, da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do Portugal 2020, da fundamentação específica prevista no n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento Específico, em conjugação com o n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

2. Beneficiário

De acordo com o artigo 25.º, n.º 1, alínea f), do Regulamento Específico acede aos apoios concedidos, no âmbito da presente tipologia de operações, enquanto organismo responsável pela concretização dos respetivos instrumentos de política pública, o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, doravante designado abreviadamente por IEM, IP-RAM.

3. Diplomas normativos enquadradores do instrumento de política pública

No âmbito da presente tipologia de operações são financiadas as ações previstas no artigo 24.º, n.º 1, alínea g), do Regulamento Específico, que cumpram os critérios previstos nos seguintes diplomas normativos enquadradores de política pública:

- A Portaria n.º 206/2018, de 2 de julho, publicada no JORAM, I Série, n.º 101, que estabelece o enquadramento aplicável à medida Estágios Profissionais;

Regulamento
específico

Decreto-Lei n.º
159/2014

Deliberação n.º
82/2015, de 11 de
novembro, da CIC
Portugal 2020

- Portaria n.º 414/2018, publicada no JORAM, da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 167, de 10 de outubro de 2018, que estabelece o enquadramento aplicável ao Programa PROJOVEM;
- Portaria n.º 484/2020, de 9 de setembro, publicada no JORAM da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 170, alterada pela Portaria n.º 562/2020, de 18 de setembro publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 177, que define e regulamenta, a título temporário e excecional, o alargamento da duração dos estágios/ atividades profissionais, bem como as alterações aos montantes da comparticipação financeira do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM;
- Despacho n.º 407/2020, de 20 de outubro, publicada no JORAM, da Região Autónoma da Madeira, II Série, n.º 196, de 20 de outubro de 2020, que regula as medidas Estágios Profissionais e o Programa PROJOVEM, em termos de comparticipação financeira.

A menção feita aos diplomas ante identificados considera-se automaticamente referenciada para os diplomas que os alterem ou lhes sucedam e que regulem matéria idêntica, desde que se enquadrem na alínea g), do n.º 1, do artigo 24.º do Regulamento Específico.

4. Ações elegíveis

Nos termos do artigo 24.º do Regulamento Específico, são elegíveis, para efeitos de financiamento, os estágios previstos nos diplomas de política pública identificados no ponto 3 do presente convite, cujos destinatários se enquadrem no perfil de jovens NEET.

5. Destinatários elegíveis

São destinatários das ações previstas no ponto 4 do presente aviso os jovens, residentes no território nacional, com idade até aos 29 anos, inclusive, que não trabalham, não estudam e não se encontram em formação, conforme definição constante da alínea r) do artigo 2.º do Regulamento Específico – Jovens NEET (designação no quadro das políticas comunitárias – “*NEET – not in employment, education or training*”).

6. Calendário

O período para apresentação das candidaturas decorre entre as 9.00 horas do dia 10 de fevereiro de 2021 até às 18:00 horas do dia 10 de março de 2021.

Aconselha-se o beneficiário a acautelar a submissão atempada das candidaturas, evitando a submissão da mesma nos últimos dias do prazo.

Estágios Profissionais

Jovens NEET

Período de
candidatura:
10/02/2021 a
10/03/2021

7. Dotação indicativa e financiamento público a conceder

A dotação financeira indicativa afeta ao presente convite é de 1.298.500,00€ (um milhão duzentos e noventa e oito mil e quinhentos de euros) para uma meta de 260 participantes.

A comparticipação pública da despesa elegível é repartida pelo Fundo Social Europeu (91,89%) e pela contribuição pública nacional (8,11%), sendo esta última suportada pelo beneficiário, nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 6 do artigo 5.º do Regulamento Específico.

8. Procedimento para apresentação das candidaturas

A apresentação das candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt/>), doravante designado por Balcão 2020.

Previamente à apresentação das candidaturas, o beneficiário deve efetuar o seu registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada para o beneficiário, a qual conta com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada reside uma série de dados relativos à caracterização dos beneficiários, os quais devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas apresentadas ao Portugal 2020.

No portal do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt>) os candidatos têm acesso:

- A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadadora;
- Ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- A pontos de contacto para obter informações adicionais.

9. Duração das candidaturas

A candidatura apresentada no âmbito do presente Convite deve estar concluídas, no limite, até 31 de dezembro de 2022, podendo ser avaliada a oportunidade da sua prorrogação mediante submissão do respetivo pedido de alteração, não podendo, no entanto, prolongar-se para além do período de elegibilidade da despesa definido para o PT 2020 nem da duração máxima de 36 meses, prevista no n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 60-A/2015 de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, de 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril, n.º 19/2018, de 17 de janeiro, n.º 175/2018, de 19 de junho, n.º 382/2019, de 23 de outubro, n.º 127/2020, de 26 de maio, e n.º 255/2020, de 27 de outubro.

Os estágios integrados nas candidaturas apresentadas devem ter início e término

**Dotação de 1,2 M €
para uma meta de
260 jovens NEET**

**Apresentação de
candidaturas no
Balcão 2020**

**Operações com a
duração máxima de
36 meses, executáveis
até 31/12/2022**

no período de duração da mesma.

Nos termos do nº 6 do artigo 65º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterado pelo Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018 e pelo Regulamento (UE) 2020/460 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de março, não podem ser selecionadas para efeitos de financiamento as operações que estejam materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação da candidatura.

10. Critérios de elegibilidade do beneficiário

O IEM, IP-RAM deve declarar ou comprovar, se para tal for notificado, o cumprimento dos critérios de elegibilidade e não estar abrangido pelos impedimentos, previstos, respetivamente, nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

11. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário

No âmbito do presente convite, o IEM, IP - RAM apenas pode apresentar a financiamento uma candidatura para toda a Região Autónoma da Madeira.

12. Área geográfica

São elegíveis, no âmbito do presente convite, os estágios realizados na Região Autónoma da Madeira.

A elegibilidade geográfica é determinada pelo local onde decorrem as ações, em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento Específico.

13. Documentos a apresentar com a candidatura

Ao formulário de candidatura tem obrigatoriamente que ser anexado, através de *upload*, a seguinte documentação:

- Memória descritiva da operação, da qual constem os seguintes elementos:
 - ✓ Fundamentação da candidatura, em particular o seu contributo para os objetivos da tipologia de operações;
 - ✓ Explicitação dos métodos de cálculo que sustentam o montante do financiamento solicitado.

O formato dos documentos permitido anexar é **.rar** ou **.zip** e o tamanho máximo por documento é 5MB.

Critérios de elegibilidade

Região Autónoma da Madeira

Documentos a apresentar

14. Indicadores a contratualizar

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento e de incumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder na candidatura em causa e no momento do pagamento do saldo final, sendo também fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 7.º do Regulamento Específico são contratualizados com o beneficiário, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Na candidatura o IEM, IP-RAM apresenta as metas a contratualizar com a Autoridade de Gestão para os indicadores de realização e de resultado, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

Desta forma, serão contratualizados com a Autoridade de Gestão, os indicadores identificados de seguida, salientando-se que o indicador de realização e de resultado a contratualizar decorre diretamente dos indicadores definidos para o POISE, no âmbito do objetivo específico em que se enquadra esta tipologia de operações:

Indicadores de Realização e Resultado do Convite			
Indicador		Unidade	Meta do Convite
Indicador de Realização	Participantes NEET que beneficiam de estágios profissionais	n.º	260
Indicador de Resultado	Participantes NEET em educação, formação ou emprego uma vez terminada a participação	%	60%

Fórmula de Cálculo para apuramento da meta do Indicador de Resultado:

$$\frac{\text{N.º de participantes NEET em educação, formação ou emprego uma vez terminada a participação}}{\text{N.º de participantes NEET que beneficiam de estágios profissionais}} \times 100\%$$

15. Forma, montantes e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito deste convite revestem a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A metodologia de custos simplificados aplicada no âmbito desta tipologia de

Contratualização de resultados com o beneficiário

Tabelas normalizadas de custos unitários

operações foi aprovada pela CIC Portugal 2020, através da Deliberação n.º 15/2019, de 16 de julho, encontrando-se as tabelas normalizadas de custos unitários (€/mês) descritas no Anexo 1 presente convite.

16. Regras de elegibilidade das despesas

Na presente tipologia de operações são elegíveis as comparticipações do IEM, RAM, na qualidade de beneficiário público responsável pela execução de políticas públicas, que garantam a legalidade, conformidade e regularidade dos apoios concedidos ao abrigo dos diplomas enquadradores mencionados no ponto 3 e na modalidade de custos unitários, sendo a determinação dos montantes de despesa a aprovar efetuada com base na atividade física declarada.

17. Processo de análise e decisão das candidaturas

O IEM, IP-RAM é notificado da correspondente proposta de decisão da candidatura por si titulada, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e ao respetivo fundamento, sendo o mesmo ouvido no procedimento, nos termos legais, efeito para o qual é concedido um prazo máximo de 10 dias úteis, contado a partir da data da notificação atrás referida, para apresentar eventuais alegações em contrário.

A decisão fundamentada sobre a candidatura – que pode ser favorável, desfavorável ou favorável, mas condicionada à satisfação de determinados requisitos é proferida pela Autoridade de Gestão no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do convite.

O mencionado prazo de decisão suspende-se quando sejam solicitados ao IEM, IP-RAM quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina que a análise da candidatura prossegue apenas com os elementos disponibilizados, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam considerados determinantes para uma decisão favorável, salvo motivo justificável não imputável ao beneficiário e aceite pela Autoridade de Gestão.

A decisão é notificada ao IEM, IP-RAM no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão (ver diagrama com as respetivas etapas e prazos, constante do Anexo 2 ao presente convite).

Em caso de aprovação da candidatura, o termo de aceitação deve, no prazo máximo de 10 dias úteis contados desde a data da receção da notificação da decisão de aprovação, ser submetido eletronicamente no Balcão 2020, devidamente autenticado, nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, ou ser devolvido por via postal, devidamente assinado por quem tenha poderes para obrigar o IEM, IP –RAM, e com as assinaturas reconhecidas nessa qualidade.

Audiência de interessados

Decisão proferida no prazo de 60 dias úteis

Suspensão do prazo de decisão

Notificação da decisão

Termo de Aceitação

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso o termo de aceitação não seja submetido ou devolvido devidamente assinado no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao IEM, IP-RAM e devidamente aceite pela Autoridade de Gestão.

A decisão de aprovação da candidatura é revogada, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma, salvo se aquela interrupção da operação tiver sido autorizada pela Autoridade de Gestão ou, nos casos em que o período de adiamento do arranque da operação seja superior a 90 dias úteis em relação à data prevista para o início da sua realização ou à data do conhecimento da decisão de aprovação, quando esta for posterior, caduca nos termos do artigo 12.º-A do Regulamento Específico.

18. Condições de alteração

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são formalizados no Balcão 2020.

É obrigatória a formalização de pedido de alteração quando a operação não se inicie no ano civil previsto para o efeito, nos termos da decisão de aprovação, ou quando inicie num período superior a 90 dias úteis em relação à data prevista para o início ou à data de conhecimento da decisão de aprovação.

Se o IEM, IP-RAM não for notificado da correspondente decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Quando, nas candidaturas plurianuais, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

19. Regime de financiamento e prazos de decisão

O IEM, IP-RAM tem direito para a candidatura aprovada a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumparam, cumulativamente, as seguintes condições:

- Submissão eletrónica do termo de aceitação da decisão de aprovação ou devolução do mesmo, por via postal, devidamente assinado por quem tenha poderes para obrigar o IEM, IP-RAM, e com as assinaturas reconhecidas nessa qualidade;
- Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- Comunicação do início ou reinício da operação no Balcão 2020.

**Caducidade da
decisão**

Revogação da decisão

**Adiantamento:
15% do montante
aprovado por ano civil**

O financiamento pelo PO ISE tem por base o modelo de financiamento praticado pelo IEM, IP-RAM, que assenta na demonstração, por parte da entidade promotora, de elementos de execução física do estágio, durante e no fim do mesmo. Por conseguinte, os pagamentos da Autoridade de Gestão ao IEM, IP-RAM, são efetuados em função da atividade comprovada e validada pelo IEM, IP-RAM, à data de referência do pedido de reembolso em causa

Os pedidos de reembolso são submetidos no Balcão 2020 com uma periodicidade mínima trimestral, reportando-se ao último dia do mês a que dizem respeito, devendo o IEM, IP-RAM submeter eletronicamente, no Balcão 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento Específico.

Tratando-se de uma candidatura plurianual, o IEM, IP-RAM fica obrigado a submeter eletronicamente, no Balcão 2020, até 31 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende, por uma única vez, quando a Autoridade de Gestão solicite cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O IEM, IP-RAM tem direito ao reembolso dos pedidos submetidos, desde que a soma dos adiantamentos e dos pagamentos intermédios de reembolso, não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da operação, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e a data de apresentação do pedido de pagamento de saldo.

Para efeitos de contagem do prazo de apresentação do pedido de pagamento do saldo, considera-se que a data de conclusão da operação é a que consta do cronograma aprovado, em sede de candidatura ou pedido de alteração, como data final para a realização da sua última ação ou atividade.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a conformidade dos elementos apresentados pela IEM, IP-RAM, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo final é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende, por uma única vez, quando a Autoridade de Gestão solicite cópias dos documentos originais, ou outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

Pedidos de Reembolso com periodicidade trimestral

Pedido de Reembolso Intermédio até 31 de março

Decisão proferida no prazo de 30 dias úteis

Reembolso até 85% do montante aprovado

Pedido de pagamento de saldo

Reduções do apoio

Decisão proferida no prazo de 45 dias úteis

20. Eficiência e resultados

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento do indicador de resultado for de, pelo menos, 80% do contratualizado.

Abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta do indicador de resultado, num máximo de 5% do montante a aprovar em saldo final, conforme simulador disponível no Anexo 3 ao presente aviso. De referir que, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-lei nº159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a Autoridade de Gestão pode proceder à revisão dos resultados contratados, mediante pedido do beneficiário, quando sejam invocadas circunstâncias supervenientes, imprevisíveis à data de aprovação, inultrapassáveis e não imputáveis ao beneficiário e desde que a operação continue a garantir as condições de seleção do presente convite.

Saliente-se que, para efeitos de cálculo do indicador de resultado (em percentagem), deve ter-se por base o valor registado em sede de saldo para o indicador de realização, ou seja, o número de participantes efetivamente registados na operação.

21. Direitos e obrigações do beneficiário

A submissão da candidatura confere ao IEM, IP-RAM, o direito:

- i. À notificação da decisão que recaiu sobre a candidatura, em estrita observância dos prazos, forma e procedimentos estabelecidos no ponto 18 do presente convite;
- ii. Ao recebimento do financiamento para realização da operação aprovada, apurado de acordo com a forma, montantes e limites estabelecidos nos pontos 15 e 16 e processado dentro dos prazos e em conformidade com os procedimentos constantes do ponto 19;
- iii. Ao acesso à informação e resultados respeitantes ao presente convite, nos termos do ponto 23.

Com a aceitação da decisão de aprovação da candidatura o IEM, IP-RAM fica obrigado, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a:

- a) Executar a operação nos termos e condições aprovados;
- b) Facultar o acesso aos locais de realização da operação e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação;
- c) Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do Programa, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável;
- d) Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na

Cumprimento das
metas: 80% do
contratualizado

Correção financeira
por incumprimento

Direitos

Obrigações

legislação europeia e nacional aplicável e as disposições previstas no ponto 22 do presente convite;

- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
- f) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- g) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura do termo de aceitação, bem como na altura do pagamento dos apoios;
- h) Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- i) Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- j) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- k) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre o beneficiário e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.

O IEM, IP - RAM fica ainda obrigado a:

- a) Utilizar um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite;
- b) Registrar regularmente, no Balcão 2020, a execução física associada à operação aprovada pelo PO ISE, recomendando-se que a atualização seja realizada com uma periodicidade trimestral;
- c) Colaborar com a Autoridade de Gestão no apuramento dos Indicadores Comuns para os apoios do FSE definidos nos anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterados pelo Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018.

Com vista a garantir o cumprimento adequado desta última obrigação, em concreto o apuramento dos dados a inscrever nos indicadores comuns de realização, importa tomar medidas para uma clara e correta apreensão dos mesmos, o conhecimento do conceito que subjaz a cada indicador e o procedimento de recolha e registo da informação.

Assim, foi publicado pela Autoridade de Gestão o “Guia de Registo de Participante”, no âmbito do Sistema de Monitorização Estratégica do PO ISE, a aplicar exclusivamente às operações que beneficiam “participantes”, onde se encontram definidos um conjunto de princípios que os beneficiários devem adotar no processo de recolha e registo da informação referente às operações financiadas pelo FSE, incluindo nas operações já iniciadas.

Ao IEM,IP-RAM assistem ainda os demais direitos e obrigações estabelecidos nas disposições legais e regulamentares, comunitárias e nacionais aplicáveis.

22. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer documento relacionado com a execução de uma operação, designadamente qualquer certificado de participação ou outro certificado, devem reconhecer o apoio dos Fundos à operação, apresentando obrigatoriamente os logótipos do PO ISE, do Portugal 2020, e da União Europeia com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), adotando, igualmente, de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

23. Divulgação dos resultados

Os candidatos têm acesso aos resultados do presente convite no portal do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt>).

24. Disposições legais e regulamentares aplicáveis

Às disposições contidas no presente convite, aplica-se de forma subsidiária o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, e na Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, bem como nos regulamentos europeus, designadamente Regulamentos (UE) n.ºs 1303/2013 e 1304/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterados pelo Regulamento (EU, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018.

25. Contactos a nível nacional

Autoridade de Gestão do PO ISE

Av.ª Columbano Bordalo Pinheiro, nº 86, 5º andar
1070-065 Lisboa
Tel.: (+351) 215 895 300
E-mail: emprego@poise.portugal2020.pt

Consulta no Portal
2020

Contactos

26. Anexos

1. Deliberação n.º 15/2019, de 16 de julho, da CIC Portugal 2020 – Tabela de Custos Unitários (€/mês)

MEDIDA ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

➤ Despacho n.º 407/2020, de 20 de outubro

Custo unitário/mês

APOIOS	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 100%
Estagiário nível 4	619,64 €	705,21 €	733,73 €
Estagiário nível 5	654,74 €	746,89 €	777,61 €
Estagiário nível 6 e 7	742,51 €	851,12 €	887,32 €
Estagiário nível 8	777,62 €	892,80 €	931,20 €

MEDIDA PROJOVEM

Experiência Garantia

➤ Despacho n.º 407/2020, de 20 de outubro

Custo unitário/mês

APOIOS	FINANCIAMENTO A 100%
Estagiário nível 2 ou 3	602,09€

Estágio Garantia

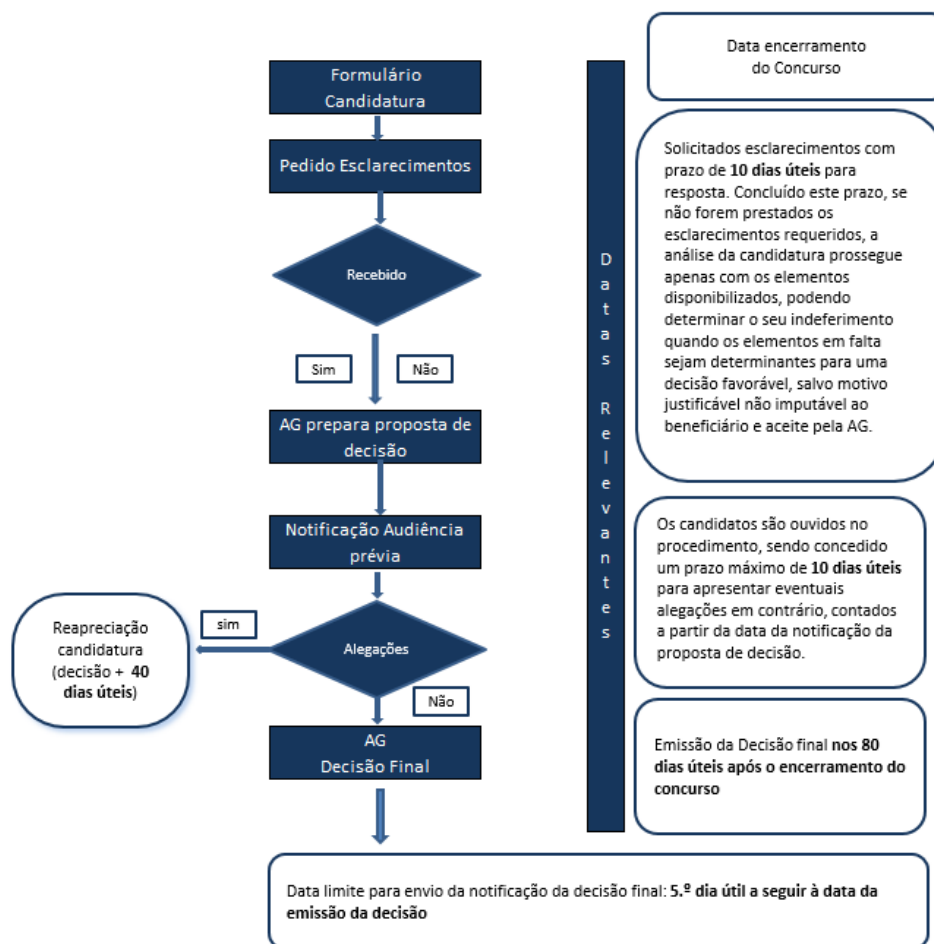
➤ Despacho n.º 407/2020, de 20 de outubro

Custo unitário/mês

APOIOS	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 100%
Estagiário nível 4	619,64 €	705,21 €	733,73 €
Estagiário nível 5	654,74 €	746,89 €	777,61 €
Estagiário nível 6 e 7	742,51 €	851,12 €	887,32 €
Estagiário nível 8	777,62 €	892,80 €	931,20 €

2. Prazos para análise e decisão de candidaturas

Procedimentos de análise e decisão das candidaturas



3. Simulador de Correção Financeira